

# **GUIA PRÁTICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS**

Controladoria  
Geral



GOVERNO DE  
**BRASÍLIA**



# Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF

**Henrique Moraes Ziller**

Controlador-Geral do Distrito Federal

**Marcos Tadeu de Andrade**

Controlador-Geral Adjunto

**Lúcio Carlos de Pinho Filho**

Subcontrolador de Controle Interno

**Breno Rocha Pires e Albuquerque**

Subcontrolador de Correição Administrativa

**Diego Ramalho Freitas**

Subcontrolador de Transparência e Controle Social

**Fabício Fernando Carpaneda Silva**

Subcontrolador de Gestão Interna

**Ednílson Lins Rodrigues**

Subcontrolador de Tecnologia da Informação

**José dos Reis de Oliveira**

Ouvidor-Geral

## Ficha Técnica

### Coordenação

Hostílio Ribeiro dos Santos Neto

Bruno Henrique Braga

### Supervisão

Rejane Vaz de Abreu

## Sumário

1) Apresentação.....	4
2) Estrutura dos Planos de Dados Abertos.....	6
3) Modelo de Plano de Dados Abertos.....	11

# Apresentação

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o **documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados** dos órgãos e entidades da Administração Pública, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. Sua elaboração vem ao encontro do disposto na Lei nº 4.990/2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação) e no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

Com o objetivo de orientar os órgãos na elaboração de seus Planos de Dados Abertos, a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) disponibiliza este Guia, incorporando os aprendizados obtidos a partir da construção do seu Plano de Dados Abertos no âmbito da própria e tendo como referência o Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Considerando que já existem cartilhas e modelos que dispõem sobre os aspectos técnicos relacionados à formatação operacional para catalogação e publicação de dados, o presente documento visa a orientar sobre os procedimentos necessários para a abertura de dados governamentais.

É desejável que os órgãos construam seus Planos de Dados Abertos **de forma colaborativa, envolvendo todas as suas unidades**, à luz dos princípios da publicidade e da transparência pública.

Para a priorização dos conjuntos de dados que serão disponibilizados, devem ser considerados os seguintes critérios:

- ✓ os conjuntos de dados efetivamente mantidos pela instituição;
- ✓ o grau de relevância das informações para o cidadão; e
- ✓ o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico, caso existam.

Cada plano deverá ter periodicidade bienal e recomenda-se a realização de revisões semestrais. Os Planos de Dados Abertos devem ser publicados nos sítios oficiais dos órgãos, como medida de divulgação à sociedade. Além disso, sempre que houver atualização ou inserção de novos dados, deve ser realizada a divulgação ao público interno e externo.

O serviço de Ouvidoria é o canal oficial para que os cidadãos possam fazer sugestões e relatar problemas técnicos ou inconsistências nos dados que forem disponibilizados, para que essas demandas sejam encaminhadas às áreas responsáveis.

Canais de atendimento do serviço de Ouvidoria:

- ✓ Internet: [www.ouv.df.gov.br](http://www.ouv.df.gov.br)
- ✓ Telefone: Ligue 162
- ✓ Presencialmente: Ouvidorias Especializadas de cada órgão.

# Estrutura dos Planos de Dados Abertos

- ✓ Apresentação;
- ✓ Introdução e Objetivos (Geral e Específicos);
- ✓ Legislações e demais normativos aplicáveis;
- ✓ Metodologia utilizada para a construção e validação do documento;
- ✓ Definição dos dados a serem abertos;
- ✓ Critérios utilizados na priorização dos dados;
- ✓ Estratégia definida para abertura dos dados, com o plano de ação;
- ✓ Modelo de sustentação;
- ✓ Estrutura de governança e monitoramento;
- ✓ Metas de melhoria contínua;
- ✓ Canais de Comunicação;
- ✓ Referências;
- ✓ Glossário.

# 1. Apresentação

O objetivo dessa seção é explicar, de maneira clara e didática, o conteúdo e propósito do documento, com foco no cidadão.

## 2. Introdução

Nesta seção, deve-se informar que se trata da instituição do Plano de Dados Abertos do órgão, apresentando os normativos aplicáveis – incluindo padrões de organização e formatação dos dados a serem publicados, além dos objetivos do documento.

### 2.1 Objetivo Geral

Trata de apresentar o principal objetivo do documento.

### 2.2 Objetivos Específicos

Trata de apresentar os objetivos específicos do documento, como os resultados a serem atingidos.

### 3. Dados para Abertura

Nesta seção, são enumerados e apresentados os critérios para definição das bases de dados a serem abertas. Sugere-se a utilização dos seguintes critérios:

- ✓ O conjunto de informações e sistemas sob a gestão do órgão;
- ✓ O grau de relevância para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão - e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos do órgão;
- ✓ O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e
- ✓ O nível de maturidade da organização quanto à qualidade das informações e dados existentes.

Sendo assim, deve-se citar, de maneira literal, os critérios utilizados na elaboração do Plano de Dados Abertos do órgão e, a seguir, o conjunto de dados definidos para a abertura, contendo uma breve definição e a unidade responsável.

Pode-se prever também, por exemplo, a organização de informações com vistas à futura disponibilização em formato aberto.

## 4. Estratégia para Abertura de Dados

Nesta seção, deve-se relacionar todos os procedimentos a serem utilizados pelo órgão na estratégia para abertura de dados, bem como as premissas e os requisitos mínimos de qualidade.

## 5. Sustentação

Neste tópico, deve-se detalhar as responsabilidades relacionadas à curadoria da publicação de dados e prever formas para garantir a disponibilidade dos dados abertos. Recomenda-se prever não só a sustentabilidade, mas a melhoria contínua do que for publicado.

### 5.1 Governança

Apresentar de que forma está estruturada a governança do PDA, com papéis e responsabilidades para os principais atores envolvidos, ou seja, o papel de cada unidade do órgão.

## 6. Monitoramento e Controle

Nesta seção, deve-se apresentar o processo de monitoramento e controle das ações previstas no Plano.

### 6.1 Melhoria da qualidade dos dados

Os critérios abaixo devem ser mencionados no PDA e devem orientar a elaboração do Plano de Ação.

### 6.2 Comunicação e participação social

Prever os mecanismos de divulgação do PDA, bem como apresentar os canais disponíveis para recebimento de sugestões para o aprimoramento do disposto no PDA.

## 7. Plano de Ação

Nesta seção, deve-se detalhar as atividades e responsabilidades relacionadas ao processo de abertura de dados.

# Modelo de Planos de Dados Abertos

Para facilitar a elaboração dos Planos de Dados Abertos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, previstos no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, na função de Gestora da Política de Dados Abertos, elaborou um Plano Modelo, a partir da estrutura utilizada na própria CGDF, podendo ser complementado no que couber.

Ressalta-se que os modelos de texto apresentados a seguir são apenas sugestivos, estando os órgãos livres para elaborar seus Planos, desde que atendida a Estrutura de Plano de Dados Abertos apresentada na página 04 deste Guia. Contudo, recomenda-se a utilização do layout proposto, principalmente a capa, para padronização visual dos Planos de Dados Abertos dos órgãos do Distrito Federal.

O Modelo de Plano de Dados Abertos está disponível, em formato editável, no sítio institucional da Controladoria-Geral do Distrito Federal, na aba “Dados Abertos”.

Link: [www.cg.df.gov.br/dados-abertos.html#](http://www.cg.df.gov.br/dados-abertos.html#)

Após o preenchimento dos campos relacionados às informações específicas de cada órgão, destacados em amarelo no modelo, deve-se salvar o arquivo em formato PDF e disponibilizá-lo no sítio institucional do órgão.

# Governo do Distrito Federal

CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF  
Subcontroladoria de Transparência e Controle Social - SUTCS

Anexo do Palácio do Buriti 12º andar - CEP: 70075-900  
Telefone: (61) 2108-3276 / 2108-3351

[dadosabertos@cg.df.gov.br](mailto:dadosabertos@cg.df.gov.br)

Controladoria  
Geral



GOVERNO DE  
**BRASÍLIA**

[MODELO DE PLANO DE CAPA]

# PLANO DE DADOS ABERTOS

[NOME DO ÓRGÃO]

[VIGÊNCIA – EX: 2017 – 2018]



## Sumário

- 4) Apresentação
- 5) Introdução
- 6) Dados para abertura
- 7) Sustentação
- 8) Estratégias para abertura de dados
- 9) Monitoramento e Controle
- 10) Plano de Ação
- 11) Referências
- 12) Glossário

## [Nome do órgão]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

**[Nome da Autoridade]**  
[Cargo da Autoridade]

## Ficha Técnica

### Equipe Técnica

[Nome dos servidores que participaram da elaboração do Plano]

### Coordenação

[Nome dos servidores que participaram da coordenação da elaboração do Plano]

### Supervisão

[Nome dos servidores que realizaram a supervisão da elaboração do Plano]

# 1. Apresentação

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados da [Nome Completo do Órgão e SIGLA], observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. Sua elaboração vem ao encontro do disposto na Lei nº 4.990/2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação) e no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional no âmbito do Distrito Federal.

Possui periodicidade bienal, podendo contar com eventuais edições dentro do biênio, motivadas pela revisão da situação das metas ou novas inserções de abertura de dados.

Construído de forma colaborativa, envolvendo todas as unidades da [SIGLA do órgão] à luz dos princípios da publicidade e da transparência da administração pública, o PDA elenca as ações necessárias para o alcance dos resultados pretendidos.

O PDA da [SIGLA do órgão] estabelece:

- ✓ A matriz de responsabilidade, contendo a periodicidade e os setores responsáveis pela atualização das bases;
- ✓ A matriz de governança, primando pela obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados a serem disponibilizados;
- ✓ Os canais de comunicação para que o cidadão possa se manifestar quanto ao PDA.

## Objetivo Geral

Promover a publicação de dados da [SIGLA do órgão], em formato aberto, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento ao controle social e à pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública e o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para o cidadão.

## Objetivos Específicos

Na implantação do Plano de Dados Abertos, a [SIGLA do órgão] deve:

- ✓ Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- ✓ Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- ✓ Melhorar a gestão da informação e de dados;
- ✓ Incrementar continuamente os processos de transparência e de acesso às informações públicas.

## 2. Introdução

A [Nome Completo do Órgão], por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), válido para o biênio 2017-2018, que estabelece ações e procedimentos para implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade, tendo como referência os seguintes normativos:

- ✓ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei Federal de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- ✓ Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- ✓ Instrução Normativa nº4, de 13 de abril de 2012 (INDA), que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- ✓ Decreto nº 38.354, 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

### 3. Dados para Abertura

Para a definição das bases que serão disponibilizadas em formato aberto, foram considerados os seguintes critérios:

- ✓ O conjunto de dados e sistemas sob a gestão da [SIGLA do órgão];
- ✓ O grau de relevância dos dados para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão - e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos da [SIGLA do órgão]
- ✓ O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI); [caso exista]
- ✓ O nível de maturidade da organização quanto à qualidade das informações e dados existentes.

Nesse contexto, temos abaixo a relação das principais bases de dados mantidas pela [SIGLA do órgão], que possuem um nível de organização de informações que possibilitam a disponibilização em formato aberto:

[Aqui devem ser listadas todas as bases definidas pelo órgão, para disponibilização em formato aberto, com um breve resumo conceitual, além da indicação da unidade responsável, da frequência de atualização, do formato e da segmentação (divisão temporal da base, exemplo: anual, mensal).]

## EXEMPLO DE DESCRIÇÃO DE UMA BASE

### 1.DADOS ESTATÍSTICOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (E-SIC)

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) é o sistema que possibilita a qualquer pessoa, física ou jurídica, registrar, pela internet, pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital. O sistema também permite acompanhar prazos, receber respostas, registrar recursos e apresentar reclamações relativas às solicitações de informação realizadas.

Os dados estatísticos disponibilizados permitem o acompanhamento dos pedidos registrados aos órgãos e entidades. Os relatórios estão divididos em duas seções: uma com informações dos pedidos e dados demográficos gerais dos solicitantes, e outra com informações sobre recursos e reclamações decorrentes dos pedidos.

**Unidade Responsável:** Subcontroladoria de Transparência e Controle Social

**Atualização:** mensal

**Formatos:** CSV

**Segmentação:** anual

## 4. Estratégia para Abertura de Dados

A abertura de dados da [SIGLA do órgão] deve seguir os seguintes passos:

- ✓ Levantamento do conjunto de dados candidatos à abertura;
- ✓ Priorização e seleção dos dados que serão abertos com base no critério de relevância das informações para o cidadão;
- ✓ Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos;
- ✓ Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;
- ✓ Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);
- ✓ Capacitação sobre abertura dos dados selecionados para os responsáveis pelas áreas de negócio :
  - a. Processo de publicação de dados abertos;
  - b. Processo de catalogação dos metadados.
- ✓ Definição de arquitetura de abertura para cada base de dados.

## Premissas

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de abertura dos conjuntos de dados da [SIGLA do órgão] deve considerar as seguintes premissas:

- ✓ Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;
- ✓ Sempre que possível publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
  - Nome ou título do conjunto de dados;
  - Descrição sucinta;
  - Palavras-chave (etiquetas);
  - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
  - Periodicidade de atualização;
  - Escopo temporal.

## 5. Sustentação

Ficarão responsáveis pela curadoria dos metadados da [SIGLA do órgão], publicados no Portal de Dados Abertos do Governo de Brasília ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br)), as [Nome da Unidade(s) Interna(s)], com as seguintes atribuições:

- a. Verificar se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados completos e atualizados);
- b. Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- c. Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura.

## Governança

O Plano de Dados Abertos e seu cumprimento para o biênio 2017-2018 será conduzido de forma colaborativa, envolvendo todas as unidades afetadas, com a seguinte divisão de responsabilidades:

[Exemplos de atribuições]

**[Nome da Unidade Interna]**

Monitorar a elaboração do Plano de Dados Abertos, além de orientar as unidades e monitorar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos.

**[Nome da Unidade Interna de TI]**

**Viabilizar, em parceria com as demais Unidades, a disponibilização dos dados abertos, provendo os recursos e procedimentos tecnológicos necessários.**

**[Nome da Unidade Interna de Comunicação]**

Realizar as ações específicas de comunicação do Plano de Dados Abertos da [nome do órgão], de forma a haver ampla divulgação interna e externa.

**[Demais Unidades Internas]**

Desenvolver rotinas para gerir e fornecer tempestivamente os dados relativos às suas áreas de atuação, devendo zelar pela manutenção íntegra e versionada das séries históricas de dados sob sua responsabilidade, utilizando-se os recursos tecnológicos e procedimentos disponibilizados pela TI.

## 6. Monitoramento e Controle

A implementação do Plano de Dados Abertos da [Nome Completo do Órgão], será monitorada pelo [Cargo da Autoridade de Monitoramento], autoridade designada pelo art. 45 da Lei distrital de acesso à informação, com as seguintes atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 38.354/2017:

- ✓ assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada;
- ✓ monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos.

### Melhoria da qualidade dos dados

O Plano de Dados Abertos visa à disponibilização de dados relevantes para a sociedade, com a maior brevidade possível, nas condições disponíveis e com a qualidade de conteúdo que os dados se encontram. Porém, são apresentadas propostas de melhoria dos formatos e qualidade das informações, tendo como referência o modelo de maturidade de dados abertos da INDA, quais sejam:

- ✓ Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, através de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- ✓ Tabelas mantidas em arquivos PDF devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- ✓ Os dados disponibilizados devem ser elaborados em formatos abertos, recomendados pela *e-PING*;
- ✓ Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados, disponível em <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>

Também deve ser considerada a contribuição com a sociedade no processo de melhoria da qualidade dos dados disponibilizados por meio do recebimento de sugestões pelo serviço de Ouvidoria.

## Comunicação e participação social

A institucionalização do Plano de Dados Abertos, sua governança e revisões devem ser comunicadas a todos os servidores da [SIGLA do órgão] e à sociedade, por meio do sítio institucional na internet, de forma a disseminar a cultura de transparência e solidificar a publicação de dados na rotina do órgão.

Sempre que ocorrer a inserção de dados ou alguma melhoria nos que já estão publicados, devem ser realizadas ações específicas de comunicação, coordenadas pela [Nome da Unidade de Comunicação], de forma a haver ampla divulgação interna e externa. Os materiais de divulgação devem levar em conta os interesses de diferentes segmentos de público: servidores do órgão, gestores públicos, produtores e usuários dos dados, Academia, imprensa, sociedade organizada e cidadão.

O cidadão poderá utilizar o serviço de Ouvidoria para se manifestar quanto ao Plano de Dados Abertos, podendo oferecer sugestões ou informar à [nome do órgão] sobre problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados.

Canais de atendimento do serviço de Ouvidoria:

- ✓ Internet: [www.ouv.df.gov.br](http://www.ouv.df.gov.br) (inserir o link)
- ✓ Telefone: Ligue 162
- ✓ Presencialmente: nas Ouvidorias Especializadas de cada órgão.

## 7. Plano de Ação

TEMA	ATIVIDADES	PRODUTOS	META/ PRAZO	REQUISITO	UNIDADE	PONTO FOCAL
Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável	Nome do setor responsável

## 8. Referências

NOME	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>
Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação).	Regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	<a href="http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=4990&amp;txtAno=2012&amp;txtTipo=5&amp;txtParte=">http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=4990&amp;txtAno=2012&amp;txtTipo=5&amp;txtParte=</a>
Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017.	Institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal.	<a href="http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/07_Julho/DODF%20141%2025-07-2017/DODF%20141%2025-07-2017%20INTEGRA.pdf">http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/07_Julho/DODF%20141%2025-07-2017/DODF%20141%2025-07-2017%20INTEGRA.pdf</a>
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	<a href="https://www.governoeletronico.gov.br/eixo-s-de-atuacao/cidadao/dados-abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos">https://www.governoeletronico.gov.br/eixo-s-de-atuacao/cidadao/dados-abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos</a>

INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	<a href="https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/cidadao/dados-abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos">https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/cidadao/dados-abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos</a>
Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.	<a href="http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda">http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda</a>
e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	<a href="http://eping.governoeletronico.gov.br/">http://eping.governoeletronico.gov.br/</a>

## 9. Glossário

Os termos abaixo se referem às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA.

**Dado:** sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

**Dados abertos:** dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

**Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

**e-PING:** Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

**Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**Licença aberta:** acordo de fornecimento de dados que concede amplo acesso a qualquer pessoa os utilizar, os reutilizar, e redistribuir, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

**Linked Data:** conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

# Governo do Distrito Federal

[NOME DO ÓRGÃO]

[Endereço do órgão]

[Telefone para contato]

[E-mail]

[Assinatura do órgão com a logo do Governo]